

CEDI - P. I. B.
DATA 31 12 86
D. E. I. D. 000 11

OS POVOS INDÍGENAS E CARAJÁS

Iara Ferraz (*)

As populações indígenas que têm por habitat tradicional a área caracterizada como "de influência" da ferrovia de Carajás - e do Programa Grande Carajás - encontram-se atualmente com seus territórios invadidos, tanto por pequenos proprietários, posseiros expulsos de outras terras, quanto por empresas agropecuárias, madeireiras, garimpos e latifundiários. O próprio Estado vem subtraindo porções significativas de territórios tribais, nos últimos vinte anos, através da construção de estradas, usinas hidrelétricas (complexo Tucuruí) e da implantação do Projeto Carajás.

As sucessivas e frequentes mudanças administrativas ocorridas internamente à agência tutelar estatal (Fundação Nacional do Índio - Funai) nos últimos três anos imprimiram orientações distintas à execução do Convênio firmado em 1982 entre a Cia. Vale do Rio Doce e a Funai, com vistas à assistência às populações indígenas afetadas, por recomendação explícita do Banco Mundial, avalista financeiro do projeto minério-metalúrgico.

Até dezembro de 1984, cerca de 40% do volume de recursos destinados a esse Convênio - 13 milhões de dólares - foram aplicados em "projetos" através da Funai, de acordo com critérios inadequados à especificidade de cada grupo, o que acarretou num impacto ainda maior para a existências das sociedades. Embora os órgãos governamentais acenem com resultados satisfatórios quanto à saúde dessas populações, observa-se que pouco ou quase nada foi efetuado quando à situação de ^{suas} terras, apesar de todas as recomendações apresentadas por especialistas que, desde 1982, assessoram a Cia. Vale do Rio Doce (8 antropólogos e 2 médicos).

No Estado do Pará, a oeste e junto à área da mina de Carajás estão os Xikrín do rio Cateté, (1) grupo Kaiapó relativamente isolado que têm incrustadas ao sul de seu território uma rodovia estadual e uma empresa agropecuária ("Fazenda Grã-Reata"). Trata-se de uma questão pendente no

(*) Antropóloga, estagiária do Museu Nacional (UFRJ). Este texto foi enviado ao CIMADE (FR).

(1) No Rio Bacajá, afluente do Xingu, há um outro grupo Xikrín que só em 1984 foi incluído no Convênio CVRD-Funai. Cerca de 400 indivíduos que compõem o grupo encontravam-se praticamente desassistidos pelo órgão tutelar, dada a alegada insuficiência de "recursos orçamentários".

poder judiciário em Belém há cerca de quatro anos, já tendo sido reconhecida a antiguidade de ocupação tradicional do território. Os representantes da Funai, por sua vez, recusaram a proposta de assessoria jurídica especial para os Xikrín, apresentada em reunião conjunta (CVRD-Funai), realizada em Brasília em outubro de 1984. Empresas madeireiras e garimpos ameaçam ainda a integridade daquele território tribal.

Os Parakanã - grupo Tupi com contato ainda recente com a sociedade nacional - já foram duas vezes transferidos devido à construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. Ao final de 1984, tiveram assentadas em seu território, cerca de 60 famílias de expropriados pela Eletronorte; e, finalmente, em março de 1985, foi promulgado o decreto governamental de demarcação definitiva da área, embora no terreno, ela tenha sido apenas iniciada.

Os Gavião-Parkatêjê, grupo Timbira da margem esquerda do rio Tocantins, situado a cerca de 40 Km da cidade de Marabá, tiveram o território cortado mais uma vez em toda a sua extensão - 17 Km de castanhais e área de caça - pela ferrovia de Carajás. (2) Duas indenizações em dinheiro lhes foram pagas pela Cia. Vale do Rio Doce (em 1982 e em 1984) por "perdas e danos" causados que, todavia, são inestimáveis diante da perspectiva da passagem ininterrupta dos trens sobrecarregados de minério de ferro e da instalação de indústrias siderúrgicas nas redondezas.

Exatamente junto ao leito da ferrovia, em 1981 o GETAT assentou cerca de 46 famílias de posseiros, no chamado "Loteamento Flexáras", no interior do território indígena, atraindo a fixação de outras tantas famílias de lavradores sem terra. Simultaneamente, o latifundiário vizinho ao território Gavião e chefe político local passou a reclamar para si uma grande porção da mesma área; a atuação de pistoleiros por ele contratados reforça um embate forjado entre os Gavião e os posseiros. Nesse conflito, a intervenção do Estado deu-se através do aparato repressivo (e agora sob o patrocínio da Cia. Vale do Rio Doce, através do Convênio). A Funai e a Política Federal unem-se para a "defesa" do território mas, de modo discriminado, inúmeras violências vêm sendo praticadas contra os posseiros, acirrando os ânimos.

Outros dois grupos Tupi, os chamados Surui e os Asurini do rio Trocará estão na "área de influência" de Carajás, ao sul do Pará. Os Surui, desde 1982, reivindicam a revisão do processo de demarcação da área (atual-

(2) Anteriormente, já uma rodovia estadual e uma linha de transmissão de alta tensão, subsidiária de Tucuruí, haviam atravessado a reserva.

mente com 26 mil hectares) efetuada em 1977 de modo fraudulento, onde cerca de 65% do território tradicional (áreas de caça, de antigas aldeias e cemitérios) foi subtraído em benefício de alguns latifundiários vizinhos. Só em fins de 1984 a Funai decidiu formar um "grupo de trabalho" para redefinir os limites daquele território, o que não garante a sua re-demarcação. Não inadvertidamente, o GEPAT se antecipou na arrecadação de terras devolutas, também invadindo a área de ocupação tradicional dos Surui.

Os Asurini do rio Trocará habitam um amplo território à margem direita do rio Tocantins, que dista cerca de 24 Km ao norte de Tukurui. Desde 1973, quando teve início a construção da hidrelétrica - primeira obra de infraestrutura do Programa Grande Carajás - toda a região tem passado por transformações aceleradas.

Com as obras da barragem, Tukurui tornou-se um dos centros urbanos mais importantes na região. Em consequência, o movimento no rio Tocantins e na rodovia Trans-Cametá, que corta a reserva Asurini, aumentou muito, crescendo o risco de invasões, pela massa de expropriados, insatisfeitos com as indenizações recebidas da Eletronorte, além dos trabalhadores que estão sendo dispensados dos canteiros de obras da barragem. A mata da reserva representa uma das últimas florestas de certa proporção na região, mesmo totalmente cercada por fazendas de gado. Por isso são constantes as invasões de caçadores, pescadores e coletores de castanha.

Os Apinajé, situados ao norte de Goiás, concentraram as atenções da administração tutelar durante o mês de janeiro último. Reivindicando há cerca de 20 anos a demarcação de seu território tradicional, atravessado pela rodovia Transamazônica, tiveram seus interesses manipulados por chefes políticos de Tocantinópolis, que forçaram a redução do território tribal. A partir de meados de janeiro, componentes de outros grupos indígenas - cerca de 400 indivíduos, entre Krahô, Xerente, Xavante, Txukarramãe e Carajá - uniram-se aos Apinajé (que são cerca de 500) em defesa de seus direitos: todos estavam prontos para a execução da correta demarcação. As pressões dos regionais cresceram enormemente e o estado era de muita tensão. Aguardava-se uma 'guerra' a qualquer momento.

Com a promulgação de um decreto de demarcação no início de fevereiro, entretanto, ficou excluída a porção mais importante do território reivindicado, local de uma aldeia destruída em incêndio no final de 1984, provocado por jagunços ligados aos políticos locais. Os Apinajé tentam agora rever o processo de demarcação.

Ao sul do Maranhão estão dois outros grupos Timbira, os chamados Gavião-Pukobjê e os Krikati. Somente após um ano do início do Convênio CVRD / FUNAI, os Pukebye (350 indivíduos) tiveram consciência do seu signifi-

cado e objetivos, através de viagens dos "capitães" à Brasília e São Paulo. Antes do final de 1983, os recursos provenientes do "Projeto de Apoio" eram entregues aos índios sob forma de empréstimos, de modo pessoal e indiscriminado, com total controle do "chefe de posto" da Funai.

Tanto o cronograma financeiro de 1982 como o do ano seguinte foram elaborados sem qualquer participação da comunidade ou preocupação com um acompanhamento antropológico. A ausência de participação dos índios, as constantes promessas e posteriores alterações nos cronogramas e as manipulações do chefe de posto e dos delegados regionais foram gerando falsas expectativas e grande tensão na área. NO caso dos Pukobyê cabe ressaltar a questão do impacto decorrente do projeto de apoio: "ter dinheiro" e os valores de que esta condição é portadora.

Cabe mencionar que o território dos Pukobyê encontra-se numa região com graves problemas sociais decorrentes da concentração de terras e de um grande contingente de homens vindo dos garimpos do Pará, sem qualquer perspectiva de trabalho.

Não houve uma preocupação da Funai quanto às implicações que essas verbas acarretariam, tanto para a cultura tradicional dos grupos envolvidos (rituais, resguardo pós-parto, correlação de forças entre fações políticas, etc.) quanto para um equilíbrio ecológico - grandes extensões de desmatamento ameaçam, a médio prazo, as reservas de materiais (frutos, cipós, etc.) indispensáveis para a própria relação dos índios com a sociedade envolvente (quanto à confecção de artesanato, por exemplo). Hoje, com a intenção de diminuir o impacto causado pelo dinheiro, a Funai opta, de modo unilateral, por não mais liberar recursos diretamente.

Os Krikati, situados próximos ao município de Montes Altos (MA) enfrentam graves problemas de invasão de seu território - não demarcado oficialmente - por cerca de 15 mil lavradores (muitos são fazendeiros que, com o beneplácito do organismo estadual de terras obtiveram no passado títulos de propriedade no interior do território tribal). A agência tutelar, por sua vez, não dispõe de força política para fazer face à resolução da questão Krikati, que já se estende há cerca de 15 anos.

Ainda no Maranhão, a assistência aos grupos Canela (Timbira) e Guajajara (Tupi), situados junto ao município de Barra do Corda foi recentemente (outubro 1984) incluída no Convênio CVRD-Funai, ampliando assim a "área de influência" do Programa Grande Carajás em relação às populações tribais.

No vale dos rios Pindaré e alto Turiaçu há uma população de cerca de 12.000 índios, entre nações Guajá (praticamente isolados ainda), Guajaja

ra e Urubu-Kaapor, todos falantes do idioma Tupi.

No decorrer de 1984, os recursos do Convênio foram fartamente dispendidos sob o controle da unidade administrativa regional da Funai em São Luís. Dado o "fracasso" da experiência efetuada de simplesmente distribuir o dinheiro aos índios - da forma já mencionada como ocorreu com os Pukobjê - e na tentativa de "racionalizar" a aplicação dos recursos oriundos do Convênio, uma reestruturação administrativa da Funai está em vias de ser implantada no Maranhão, com vistas à descentralização do atendimento às populações indígenas.

Há, no entanto, um grande impasse criado cuja solução só será possível mediante a efetiva participação dos grupos indígenas afetados nos processos decisórios, no que diz respeito principalmente aos critérios de distribuição e modo de aplicação desses recursos que, atualmente, servem apenas à manutenção de uma infraestrutura administrativa arcaica e colonialista da agência tutelar.